

Torres do Brasil S.A.

CNPJ nº 38.350.109/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia" ou "TBSA") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em **31 de dezembro de 2025**. **1. Contexto Operacional e Mensagem da Administração:** A **Torres do Brasil S.A.**, controlada pela **Sítios Latinoamérica S.A.B. de C.V.**, manteve em 2025 sua trajetória de crescimento e fortalecimento no setor de infraestrutura de telecomunicações, consolidando sua atuação na gestão, administração e manutenção de ativos de telecomunicações em todo o território nacional. O exercício de 2025 foi marcado pelo crescimento da receita operacional, expansão da base de ativos, forte geração de caixa operacional e continuidade dos investimentos em infraestrutura. Apesar do impacto negativo da variação cambial no resultado financeiro, a Companhia encerrou o exercício com lucro líquido expressivo e sólida posição patrimonial, reforçando a resiliência de seu modelo de negócios e sua capacidade de geração de valor no longo prazo. **2. Destaques Econômico-Financeiros:** Os resultados de 2025 refletem o compromisso da Companhia com a eficiência operacional, a expansão sustentável de sua infraestrutura e a geração consistente de caixa. **2.1. Desempenho Operacional:** • **Receita Operacional Líquida:** atingiu **R\$ 1.688,3 milhões**, representando crescimento de aproximadamente **8,3%** em relação aos **R\$ 1.559,6 milhões** registrados em 2024. O desempenho reflete a evolução contínua das operações e da utilização da infraestrutura adminis-

trada pela Companhia. • **Lucro Bruto:** totalizou **R\$ 1.098,6 milhões**, frente a **R\$ 968,8 milhões** em 2024, demonstrando a capacidade da Companhia de ampliar a rentabilidade da operação mesmo em cenário de expansão dos investimentos. • **Lucro antes do Resultado Financeiro (LAJIR):** atingiu **R\$ 1.031,7 milhões**, crescimento de aproximadamente **7,8%** em relação aos **R\$ 956,7 milhões** registrados em 2024. **2.2. Resultado Financeiro e Lucro Líquido:** O exercício de 2025 foi impactado por efeitos cambiais desfavoráveis e pelo aumento das despesas financeiras relacionadas ao crescimento dos passivos de arrendamento e operações financeiras. • **Resultado Financeiro Líquido:** registrou resultado negativo de **R\$ 304,6 milhões**, comparado ao resultado positivo de **R\$ 243,0 milhões** em 2024. A variação decorre principalmente da redução das receitas cambiais e do aumento das despesas financeiras e cambiais. • **Lucro Líquido:** alcançou **R\$ 475,7 milhões**. Embora inferior ao lucro de **R\$ 810,6 milhões** registrado em 2024, o resultado demonstra a robustez operacional da Companhia e sua capacidade de geração de resultados mesmo em ambiente financeiro mais desafiador.

Tabela Sintética de Resultados: (Em milhares de Reais)

Descrição	2025	2024	Variação
Receita Líquida	1.688.299	1.559.574	+8,3%
Lucro Bruto	1.098.649	968.807	+13,4%
Resultado Financeiro Líquido	(304.566)	242.970	N/A
Lucro Líquido	475.725	810.609	-41,3%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.248	62.333
Contas a receber, líquidas	5	42.822	32.484
Tributos a recuperar	6	67.825	62.213
Partes relacionadas	12	103.098	113.205
Despesas antecipadas		5.764	1.806
Outros ativos		105	1.220
		268.862	273.262
Não circulante:			
Tributos diferidos, líquidos	7	180.659	106.302
Despesas antecipadas		80	175
Partes relacionadas	12	1.333.845	1.051.543
Adiantamentos	9	35.092	-
Investimento		1.000	1.000
Imobilizado	8	1.192.815	943.303
Direito de uso	13	2.873.523	2.684.324
		5.617.014	4.786.647
Total do ativo		5.885.876	5.059.908
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante:			
Fornecedores	14	125.374	81.318
Empréstimos	16	-	19.679
Obrigações fiscais, líquidas	10	17.816	12.812
Provisões	11	11.913	4.942
Partes relacionadas	12	14.813	63.458
Passivo de arrendamento	13	272.722	258.217
Outras obrigações		5.106	6.217
Adiantamento de clientes	15	7.768	3.398
		455.512	450.041
Não circulante:			
Provisões	11	306.517	269.094
Partes relacionadas	12	47.925	-
Passivo de arrendamento	13	2.888.127	2.619.778
		3.242.569	2.888.872
Patrimônio líquido:			
Capital social	17	110.161	110.161
Reserva legal	17	22.032	22.032
Reserva de retenção de lucros		2.055.602	1.588.802
Total do patrimônio líquido		2.187.795	1.720.995
Total do passivo e patrimônio líquido		5.885.876	5.059.908

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucro acumuladas	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2023		110.161	22.032	779.003	-	911.196
Lucro líquido do exercício	17 A	-	-	-	810.609	810.609
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	17 B	-	-	-	(810)	(810)
Constituição de reserva de lucros	17 C	-	-	809.799	(809.799)	-
Saldos em 31/12/2024		110.161	22.032	1.588.802	-	1.720.995
Lucro líquido do exercício	17 A	-	-	-	475.725	475.725
Distribuição de dividendos	17 B	-	-	-	(475)	(475)
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	(8.450)	-	(8.450)
Constituição de reserva de lucros	17 C	-	-	475.250	(475.250)	-
Saldos em 31/12/2025		110.161	22.032	2.055.602	-	2.187.795

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	18	1.688.299	1.559.574
Custo dos serviços prestados	19	(589.650)	(590.767)
Lucro bruto		1.098.649	968.807
Despesas comerciais	19	(4.778)	(3.733)
Despesas gerais e administrativas	19	(32.498)	(19.749)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(29.697)	11.368
Lucro antes do resultado financeiro e do IRPJ e CSLL		1.031.676	956.693
Receitas financeiras	20	145.041	248.057
Despesas financeiras	20	(342.002)	(180.176)
Variação cambial	20	(107.605)	175.089
Lucro antes do IRPJ e CSLL		727.110	1.199.663
IRPJ e CSLL correntes	21	(325.742)	(326.991)
IRPJ e CSLL diferidos	21	74.357	(62.063)
Lucro líquido do exercício		475.725	810.609

pronunciamentos contábeis revisados, emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC e IASB tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	– Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos. – Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. – Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.	1º/01/2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Introduziram modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, reforçando consistência e comparabilidade.	1º/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1, incorporando diversas exigências anteriormente existentes e introduzindo novos requisitos, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 – Lucro por Ação.	1º/01/2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a aplicação integral dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstas nas IFRS.	1º/01/2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação. **3.2. Novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2025:** Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”) e pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), adotados pela primeira vez em 01/01/2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais.

Alterações aos pronunciamentos e interpretações	Descrição da alteração
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado.

Descrição **2025** **2024** **Variação**
LAJIR 1.031.676 956.693 +7,8%
Fonte: Demonstrações Financeiras da Companhia. **3. Situação Patrimonial e Liquidez:** • **Ativo Total:** a Companhia encerrou o exercício com **R\$ 5,89 bilhões** em ativos, representando crescimento de aproximadamente **16,3%** em relação aos **R\$ 5,06 bilhões** registrados no exercício anterior. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelos investimentos em infraestrutura, expansão do ativo imobilizado e aumento dos ativos de direito de uso decorrentes dos contratos de arrendamento. • **Patrimônio Líquido:** alcançou **R\$ 2,19 bilhões**, crescimento de aproximadamente **27,1%** sobre os **R\$ 1,72 bilhão** registrados em 2024, refletindo a retenção de lucros e o fortalecimento da estrutura patrimonial da Companhia. • **Capital Circulante:** em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de aproximadamente **R\$ 186,7 milhões**. A Administração acompanha permanentemente sua posição de liquidez e destaca que a geração operacional de caixa, aliada ao suporte potencial da controladora, assegura condições adequadas para a continuidade das operações. • **Geração de Caixa Operacional:** a Companhia gerou **R\$ 1,25 bilhão** de caixa líquido nas atividades operacionais durante o exercício, mantendo forte capacidade de financiamento de suas operações e investimentos. **4. Investimentos (CAPEX):** A Companhia permaneceu focada na expansão e modernização de sua infraestrutura. Em 2025 foram investidos aproximadamente **R\$ 277,9 milhões** em aquisição e construção de ativos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	475.725	810.609
Total dos resultados abrangentes do exercício	475.725	810.609

3.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **3.4. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais. Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensuradas ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os requisitos de redução ao valor recuperável têm como objetivo assegurar o reconhecimento de perdas de crédito esperadas em todos os instrumentos financeiros. Na data do balanço, quando houver aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento do reconhecimento inicial, a provisão deve ser mensurada com base nas perdas de crédito esperadas durante toda a vida remanescente do instrumento financeiro. Para os instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito, a provisão deve ser mensurada considerando apenas as perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Essa abordagem garante que os riscos de inadimplência sejam refletidos tempestivamente nas demonstrações financeiras, independentemente do momento em que a inadimplência possa efetivamente ocorrer. **c) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de “hedge” definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de “hedge” efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. *Passivos financeiros a custo amortizado:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. Incluem também serviços prestados e não faturados até a data dos balanços e as contas a receber decorrentes de cessão de meios e compartilhamento de sites. A provisão para perdas de crédito esperadas será reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. Com relação ao Contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A demonstração destas perdas esperadas está na nota explicativa 5. **3.6. Arrendamento mercantil:** A Companhia avalia

imobilizados e intangíveis, valor significativamente superior aos **R\$ 142,9 milhões** investidos em 2024. Além disso, foram registrados **R\$ 693,2 milhões** em adições líquidas relacionadas a contratos de arrendamento (IFRS 16/CPC 06), reforçando a expansão e renovação do portfólio de ativos operacionais da Companhia. **5. Auditoria Independente:** As demonstrações financeiras da Companhia foram auditadas pela **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.**, que emitiu relatório contendo **opinião com ressalvas**. As ressalvas referem-se a: **1. Transações com Partes Relacionadas:** limitações na obtenção de evidências de auditoria suficientes relacionadas à recuperação e classificação dos saldos de mútuos mantidos com partes relacionadas. **2. Provisão para Desmantelamento de Ativos:** manutenção da ressalva histórica relacionada à movimentação registrada no exercício de 2024 referente à provisão para desmobilização de ativos. A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, governança corporativa e aprimoramento contínuo dos processos e controles internos, permanecendo dedicada à mitigação dos pontos destacados pelos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** A Administração agradece aos acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada na Companhia ao longo de mais um exercício. Registramos também nosso reconhecimento e agradecimento aos colaboradores da **Torres do Brasil S.A.**, cuja dedicação e comprometimento foram fundamentais para a manutenção do crescimento sustentável, da geração de caixa e da solidez operacional observados em 2025.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		727.111	1.199.663
Lucro antes do IRPJ e CSLL		727.111	1.199.663
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	19	561.464	549.079
Variação cambial líquida	20.1	107.427	(175.089)
Provisão para desmantelamento de ativos	11.2	43.636	(91.212)
Provisão Royalties		6.263	-
Participação de empregados no resultado (PLR)		180	1.254
Provisão para contingências	11.1	1.876	6.060
Provisão para perdas de crédito esperadas	5	2.479	15.444
Baixa efetiva de títulos não recebíveis		-	(8.224)
Juros provisionados e atualização monetária	20	199.039	94.427
		1.649.475	1.591.452

Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(12.817)	6.219
Tributos a recuperar, líquidos	6	(5.612)	(15.098)
Partes relacionadas	12	(24.894)	68.502
Despesas antecipadas		(3.863)	390
Fornecedores	14	36.268	(69.513)
Obrigações fiscais, líquidas	10	5.004	(58)
Outros	9	(3.287)	3.275
Adiantamentos	9	(35.092)	-
Arrendamento	13	(32.156)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.573.026	1.538.054
Pagamento de IRPJ e CSLL		(325.742)	(374.107)
Caixa liq. gerado pelas atividades operacionais		1.247.284	1.211.063
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições pela compra de imobilizado e intangível	8	(277.917)	(142.871)
Investimentos em coligadas/controladas		-	(1.000)
Mútuos concedidos	12	(386.204)	-
Principal recebido – mútuos	12	21.466	4.714
Juros recebidos – mútuos (concedidos)	12	123.449	220.879
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(519.206)	(81.722)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Financiamentos, debêntures, mútuo – captação	128.16	47.925	19.000
Financiamento, debêntures, mútuo – Pgtos.	128.16	(59.330)	(665.084)
Pgtos. de juros sobre mútuos a pagar e empréstimos		(498)	-
Pagamento de arrendamento	13.2	(729.259)	(668.398)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos		(741.162)	(1.314.482)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		(13.085)	(21.699)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.333	84.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		49.248	62.333

na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contém arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. **Ativos de direito de uso:** Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arren-

continua



continuação

damento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **3.7. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. **3.8. Tributação:** Tributos sobre prestação de serviços: As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e detrites à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade não cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade cumulativa, às alíquotas diferenciadas são de 0,65% e 4,0% para o PIS e COFINS, respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **IRPJ e CSLL - correntes:** Atribuição sobre o lucro compreende o IRPJ pessoa jurídica ("IRPJ") e a CSLL sobre o lucro líquido ("CSLL"). O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência e exercicio e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto CSLL é calculada à alíquota de 9%. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Tributos diferidos:** O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que queiramos um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais

ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação atual. **Arrendamento - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. O prazo médio da vida útil dos ativos de direito de uso é de dez anos. **Provisão para desmantelamento de ativos:** A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. Participação de empregados no resultado A Companhia constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual. **3.10. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são avaliados quanto a necessidade de ajuste pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.11. Auração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A Companhia presta serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato. **3.12. Resultado financeiro:** Representa juros e variações cambiais sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável). **3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e são apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **3.14. Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos. **3.15. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, quando benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, de acordo com o regime de competência, observando os princípios contábeis geralmente aceitos e as normas internacionais de contabilidade (IFRS), especialmente aquelas relacionadas a contratos com clientes (IFRS 15). Dado o contexto operacional da Companhia, que envolve a prestação de serviços de gestão, administração de propriedades imobiliárias e manutenção de infraestrutura de telecomunicações, bem como o arrendamento de estruturas físicas (como torres e "rooftops"), a receita é reconhecida conforme segue: Prestação de serviços: A receita proveniente de serviços contínuos de administração, manutenção e operação de ativos é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, refletindo o progresso da execução contratual. Arrendamento de ativos: A receita oriunda de contratos de arrendamento mercantil é reconhecida de forma linear durante o prazo contratual, desde que a realização da receita seja considerada razoavelmente assegurada. As cláusulas de escalabilidade ligadas a índices baseados na inflação e outros incentivos presentes em contratos de arrendamento com os clientes da Companhia são excluídos do cálculo linear.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa e bancos	856	350
Equivalentes de caixa	48.392	61.973
	49.248	62.333

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Em 31/12/2025, as aplicações financeiras referem-se principalmente a operações compromissadas, contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha com liquidez imediata e referenciadas a CDI com taxa média de 12,55% a.a. (9,75% em 31/12/2024).

5. Contas a receber, líquidas:

	2025	2024
Contas a receber, bruto	50.453	37.636
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.631)	(5.152)
	42.822	32.484

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	22.393	18.214
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	18.022	13.304
De 31 a 90 dias	1.949	568
Mais de 90 dias	8.089	5.550
	50.453	37.636

A movimentação da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(5.152)	(20.596)
Constituição de provisão	(2.479)	-
Baixa/reversão de provisão	-	15.444
Saldos no fim do exercício	(7.631)	(5.152)

6. Tributos a recuperar: Em 31/12/2025, a Companhia apresentava saldo de R\$67.825 registrado em tributos a recuperar, composto por créditos de IRPJ e CSLL decorrentes de estimativas pagas ao longo do exercício e de retenções na fonte superiores ao imposto devido. A Companhia utilizará os créditos tributários registrados para a compensação de tributos federais a vencer, em conformidade com a legislação vigente em exercícios futuros.

	2025	2024
IR e CSLL a recuperar	67.825	62.213
Total	67.825	62.213

7. Tributos diferidos, líquidos: Os créditos tributários diferidos apresentados foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

Torres do Brasil S.A.						
Ativo/(Passivo) fiscal diferido	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para desmantelamento	70.832	25.499	96.331	65.972	23.750	89.722
Efeitos de CPC 06 (R2)	72.539	26.115	98.653	48.418	17.430	65.848
Variação cambial	(15.068)	(5.424)	(20.492)	(40.761)	(14.674)	(55.435)
Outras diferenças temporárias	4.534	1.632	6.167	4.535	1.633	6.166
	132.837	47.822	180.659	78.163	28.139	106.302
Seguem abaixo as movimentações do IRPJ e CSLL diferidos, líquidos:						
	IRPJ	CSLL	Total			
Saldos em 31/12/2023	123.799	44.567	168.366			
Constituição	(40.761)	(14.674)	(55.435)			
Realização	(4.874)	(1.754)	(6.628)			
Saldos em 31/12/2024	78.163	28.139	106.302			
Constituição	61.804	22.250	84.054			
Realização	(7.130)	(2.567)	(9.697)			
Saldos em 31/12/2025	132.837	47.822	180.659			
1. 8. Imobilizado: a) Movimentação do imobilizado:						
	Vida Útil (anos)	Saldo 2023	Adições	Transferências	Saldo 2024	
Custo						
Infraestrutura		3.091.436	92.916	30.682	3.215.034	
Imobilizados em andamento		60.556	54.702	(30.682)	84.572	
Total		3.151.992	147.618	-	3.299.610	
Depreciação						
Infraestrutura	13 e 30	(2.328.618)	(27.690)	-	(2.356.307)	
Total		(2.328.618)	(27.690)	-	(2.356.307)	
Imobilizado, líquido		823.374	119.928	-	943.303	
	Vida Útil (anos)	2024	Adições	Transferências	2025	
Custo						
Infraestrutura		3.215.034	39.540	126.211	3.380.785	
Imobilizados em andamento		84.576	246.165	(126.211)	204.530	
Total		3.299.610	285.705	-	3.585.315	
Depreciação						
Infraestrutura	13 e 30	(2.356.307)	(36.193)	-	(2.392.500)	
Total		(2.356.307)	(36.193)	-	(2.392.500)	
Imobilizado, líquido		943.303	249.512	-	1.192.815	
O saldo de imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis para a construção de sites. Em 31/12/2025, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais. b) Revisão da vida útil: A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil dos seus ativos, registrados ao custo de aquisição acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens é calculada usando o método linear considerando os seus respectivos valores residuais, durante a vida útil estimada. Assim como a vida útil, os valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, anualmente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Para o exercício findo em 31/12/2025, a Companhia reavaliou a vida útil das classes de ativos de infraestrutura vertical e benfeitorias em propriedades de terceiros suportadas por laudo técnico. Todos os lançamentos das classes avaliadas são referentes à estrutura das torres ou são gastos acessórios às torres que devem seguir a mesma vida útil do ativo principal. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente, a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo. c) "Impairment" : A Companhia não identificou indicativos da necessidade de registro de provisão de redução ao valor recuperável de nenhuma unidade geradora de caixa e seus ativos para o exercício de 2025, baseado o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os						

valores contábeis.	
9. Adiantamentos:	2025 2024
Adiantamentos (a)	35.092 -
Total	35.092 -
(a) Refere-se aos montantes desembolsados como adiantamento para fornecedores exclusivos de estruturas e matérias que serão utilizados na construção de novos sites durante o ano corrente de 2026.	
10. Obrigações fiscais, líquidas:	2025 2024
PIS e COFINS	11.896 11.095
Outras obrigações	5.920 1.717
Total	17.816 12.812
11. Provisões:	2025 2024
Natureza	
Provisão para desmantelamento de ativos	306.440 262.804
Participação de empregados no resultado (PLR)	5.122 4.942
Provisão para contingências	5.357 6.290
Outras provisões	1.511 -
Total de provisões	318.430 274.036
Circulante	11.913 4.942
Não Circulante	306517 269.094
11.1. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza cível, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos avaliados como perda provável, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos cíveis em montantes considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, em 31/12/2025, as contingências com probabilidade de perda provável totalizavam R\$ 5.357 (em 31/12/2024 R\$ 6.290).	
	2025 2024
Saldos Inicial	6.290 230
Provisões constituídas	4.589 6.060
Pagamentos	(2.809) -
Baixas/reversões	(2.713) -
Saldos em 31/12/2025	5.357 6.290
Movimentação:	2025 2024
Tributária	115 -
Cível (a)	36.743 37.929
Total de processo possíveis	36.858 37.929
A Companhia possui em 31/12/2025 os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perda possível, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente: Natureza: (a) Referem-se, processos judiciais que versam, exclusivamente, sobre temas imobiliários. As ações se diversificam entre processos judiciais de renovação compulsória dos contratos de locação, ações judiciais de cobrança de aluguel, de revisão judicial do valor do aluguel, de ações de despejo, nas quais os locadores querem a retomada do imóvel, ações indenizatórias - que são ajuizadas considerando que os locadores indicam que sofreram algum tipo de dano e pleiteiam por ressarcimento. 11.2. Provisão para desmantelamento de ativos: A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente. Em 31/12/2025, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas foram atualizadas pela controladoria e refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:	
	2025 2024
Saldo inicial	262.804 354.016
Atualização monetária	17.496 15.115
Adições (reversões), líquidas (a)	26.140 (106.328)
Total	306.440 262.804
(a) Adição de novos sites na provisão do ARO. 12. Transações com partes relacionadas: 12.1. Condições gerais: As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo:	
	2024 2025 (1) 2024 (1)
Ativo Passivo Receita (Despesa) Receita (Despesa)	
83.413 2.571 1.461.927 1.368.448	
- 39.577 10.275 (61.585)	
925.736 - 15.806 329.727	
155.599 - (777) 51.406	
- 21.309 (2.324) -	
- 1.164.748 63.458 1.480.279 1.687.996	
113.205 63.458 -	
1.051.543 -	
A Companhia possui transações com a Claro de prestação de serviços de telefonia móvel, com o Vivo de prestação de serviços de telefonia móvel e com a Oi de prestação de serviços de telefonia móvel. A Companhia possui transação de royalties com a Claro de prestação de serviços de telefonia móvel. Os valores de royalties de R\$ 6.263 calculados sobre a taxa de 4,35% sobre as contas de "basefee" (a) são reconhecidos em 31/12/2025.	
Concedido Recebimento	Juros Provisão Variação Saldo em
- - (203.466) 127.736 201.991 925.736	recebidos de juros Cambial 2024
- (4.714) (17.413) 16.757 34.649 155.599	
- (4.714) (220.879) 144.493 236.641 1.081.335	
Concedido Recebimento	Juros Provisão Variação Saldo em
- (16.665) (106.753) 106.533 (90.727) 818.124	recebidos de juros Cambial 2025
- (4.801) (16.696) 15.034 (15.811) 131.235	
386.203 - - 9.698 (1.557) 394.344	
386.203 (21.466) (123.449) 131.264 (108.095) 1.345.793	
Captação Pagamento	Juros Provisão de Variação Saldo em
- (665.084) - - 61.585 39.577	pagos juros Cambial 2024
- (665.084) - - 61.585 39.577	
Captação Pagamento	Juros Provisão de Variação Saldo em
47.925 - (498) 738 1.586 49.751	pagos juros Cambial 2025
- (37.442) - - (2.135) -	
47.925 (37.442) (498) 738 (549) 49.751	
Linha de crédito, foram realizados nos termos de transações intragrupo, sob garantia, e os valores vêm sendo liquidados de forma antecipada, com efeito.	
(2) As movimentações e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.	
(2) As movimentações de o ano são constituídas pelas alterações contratuais ou correções (remensuração) no valor do contrato que ocorrem anualmente.	
12.3. Passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da CPC 06 (R2). O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de empréstimo (13,07% ~ 14,03%). A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:	
Saldo em 31/12/2023	2.088.726
Adições, líquidas	1.219.376
Encargos financeiros	238.290
Pagamentos	(668.398)
Saldo em 31/12/2024	2.877.994
Adições, líquidas	682.314
Encargos financeiros	329.800
Pagamentos	(729.259)
Saldo em 31/12/2025	3.160.849
Circulante	272.722
Não circulante	2.888.127
A movimentação do cronograma de pagamentos está demonstrada a seguir:	
Vencimentos das prestações	Valor
2026	(272.722)
2027	(287.904)
2028	(306.932)
2029	(327.612)
2030	(342.322)
2031	(363.953)
Posterior a 2032	(1.259.404)
Saldo do passivo de arrendamento	(3.160.849)
	continuação

14. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores diversos	125.374	81.318
	125.374	81.318

O saldo registrado em 31/12/2025 refere-se a compromissos com fornecedores de serviços e locações, abrangendo contratos de aluguel de imóveis e serviços terceirizados diversos, voltados a atividades administrativas e técnicas da Companhia. Entre os principais fornecedores, estão incluídos prestadores de serviços de tecnologia da informação, consultoria, engenharia, infraestrutura, transporte, auditoria e demais serviços operacionais necessários ao funcionamento da Companhia. O saldo também contempla fornecedores relacionados a projetos de expansão (CAPEX) e despesas operacionais regulares (OPEX), além de contas transitórias, que representam valores provisórios aguardando processo de entrada de nota fiscal.

15. Adiantamento de Clientes:

	2025	2024
Adiantamentos de Clientes	7.768	3.398
	7.768	3.398

O saldo de adiantamento de clientes é composto substancialmente pelo valor recebido a maior do cliente Telefônica que está em negociação de como esse valor será reconhecido e ou negociado. O outro adiantamento registrado será amortizado ao longo do seu contrato.

16. Empréstimos:

	2025	2024			
Empréstimo	Taxas				
Em moeda nacional	efetivas	Vencimento	Captação	Provisão de Juros	Saldo em 2024
ITAU BBA.	13,54%	04/2026	(19.000)	679	19.679
			(19.000)	679	19.679

Empréstimo - Em moeda nacional

	Taxas	efetivas	Vencimento	Saldo em 2024	Paga-mento	Provisão de Juros	Varição Cambial	Saldo em 2025
ITAU BBA.	13,54%	04/2026	(19.679)	21.880	(235)	(2.436)	-	-
			(19.679)	21.880	(235)	(2.436)	-	-

Em janeiro de 2025, empresa fez a quitação do empréstimo junto a instituição financeira Itau BB liquidando qualquer obrigação existente dessa natureza.

17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31/12/2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$110.161, dividido em 110.161 milhões de ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Reservas de lucros: a) Reserva legal: Conforme disposto na legislação societária brasileira, as sociedades anônimas são obrigadas a constituir uma reserva legal de até 20% do valor total do capital social. Em conformidade com a norma, antes da distribuição de lucros, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, respeitando o limite estabelecido. Ao final do exercício findo em 31/12/2025, a constituição da reserva legal manteve-se inalterada, com a reserva totalizando R\$ 22.032, respeitando o limite de 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a Reserva Legal foi mantida no limite de 20% do capital social, não sendo requerida constituição adicional no exercício findo. b) Dividendos mínimos obrigatórios: O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo anual correspondente a 0,1% do lucro líquido apurado. Em 31/12/2024, a Companhia reconheceu e constituiu um dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$810, referente ao exercício. Ao final do exercício em 31/12/2025, a Companhia constituiu um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 475, referente ao exercício. c) Reserva de lucros a realizar: Para o exercício findo 31/12/2025, o total destinado para reserva de lucros alcançou R\$475.250.

18. Receita operacional, líquida:

	2025	2024
Receita bruta de serviços	1.860.825	1.720.772
Deduções:		
Tributos	(172.526)	(161.198)
	1.688.299	1.559.574

19. Custos e Despesas por Natureza: a) Custos, despesas comerciais e gerais e administrativas: As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por natureza. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2025	2024
Custos dos serviços prestados	(589.650)	(590.767)
Despesas comerciais	(4.778)	(3.733)
Despesas gerais e administrativas	(32.498)	(19.749)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(29.697)	11.368
	(656.623)	(602.881)
Depreciação e amortização	(561.463)	(549.079)
Serviços de terceiros	(31.232)	(41.992)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (a)	(2.479)	7.220
Mão de obra própria	(33.529)	(33.311)
Contingências	(933)	6.060
Outras despesas e receitas, líquidas	(26.987)	8.221
	(656.623)	(602.881)

a) O efeito entre a provisão de 2024 x 2025 não é visualizado da mesma forma entre ativo e resultado devido ter ocorrido baixa efetiva dos títulos que estavam provisionados.

20. Resultado financeiro, líquido:

	2025	2024
Receitas financeiras	143.444	156.844
Receitas com aplicações financeiras e juros	491	241.363
Receitas com variação cambial	1.597	91.213
Outras Receitas	145.532	489.420
Despesas financeiras	(342.002)	(180.176)
Despesas com encargos e juros	(108.096)	(66.274)
Despesas com variação cambial	(450.098)	(246.450)
	(304.566)	242.970
Resultado financeiro, líquido	2025	2024
21. IRPJ e CSLL correntes e diferidos: A composição das despesas com IRPJ e CSLL é a seguinte:		
Corrente	(239.476)	(240.382)
IRPJ	(86.266)	(86.609)
CSLL	(325.742)	(326.991)
Diferidos	54.674	(45.635)
IRPJ	19.683	(16.428)
CSLL	74.357	(62.063)
	(251.386)	(389.054)

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	727.111	1.199.663
IRPJ e CSLL a taxa nominal (34%)	(247.218)	(407.885)
Ajuste para cálculo do crédito tributário:		
Adições/exclusões diversas, líquidas	(4.320)	18.632
Incentivos fiscais	128	175
Diferencial de alíquota	25	24
IRPJ e CSLL corrente e diferido do exercício	(251.386)	(389.054)
IRPJ e CSLL correntes	(325.742)	(326.991)
IRPJ e CSLL diferidos	74.357	(62.063)
IRPJ e CSLL do exercício	(251.386)	(389.054)

22. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos: a) Valores estimados de mercado: As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia. Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas de juros pactuadas com as contrapartes. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	2025	2024			
Ativo	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	49.248	49.248	62.333	62.333
Contas a receber	Custo amortizado	42.822	42.822	32.484	32.484
Partes relacionadas a receber	Custo amortizado	1.436.943	1.436.943	1.164.748	1.164.748
		1.529.013	1.529.013	1.259.566	1.259.566
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	125.374	125.374	81.318	81.318
Empréstimos	Custo amortizado	-	-	19.679	19.679
Partes relacionadas a pagar	Custo amortizado	62.739	62.739	63.457	63.457
		188.113	188.113	164.454	164.454

b) Gestão de capital e riscos financeiros: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e notas comerciais. Para o período findo em 31/12/2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. c) Risco de taxa de câmbio: Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer

em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do período, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos, partindo a taxa findo em 31/12/2025 (R\$5,50 - Fonte Bacen): Risco de queda do dólar:

Cenário I	Dólar - 5%
Cenário II	Dólar - 25%
Cenário III	Dólar - 50%

Risco de alta do dólar:

Cenário I	Dólar + 5%
Cenário II	Dólar + 25%
Cenário III	Dólar + 50%

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras:

Operação	Posição em 2025	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Partes relacionadas a pagar	(62.739)	(59.602)	(47.054)	(31.369)
Partes relacionadas a receber	1.436.943	1.365.096	1.077.708	718.472
Exposição líquida	1.380.468	1.311.445	1.035.351	690.234
Alta do US\$				
Partes relacionadas a pagar	(62.739)	(65.876)	(78.424)	(94.108)
Partes relacionadas a receber	1.436.943	1.508.791	1.796.179	2.155.415
Exposição líquida	1.380.468	1.449.491	1.725.585	2.070.702

d) Risco da taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e índices de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Na data de encerramento do período, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário provável	Cenário I	Cenário II
CDI em 2025	CDI + 50%	CDI - 50%
12,55%	18,83%	6,28%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras:

Operação	Posição em 2025	Cenário Provável	Ganho/(perda) Cenário I	Ganho/(perda) Cenário II
Partes relacionadas e empréstimos a pagar	62.739	70.612	(3.937)	3.937
Aplicações Financeiras	48.391	54.464	3.036	(3.036)

e) Risco de liquidez: O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento dos recursos destinados para pagamento de dívidas. A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

23. Seguros (Informação não auditada): A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas patrimoniais e operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo aplicação em valores suficientes para suportar eventuais perdas, a Companhia mantém cobertura de seguros operacionais no valor do prêmio de R\$6.155 Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento.

24. Transações que não tiveram efeito caixa: Durante o exercício, a Companhia realizou transações que impactaram as demonstrações financeiras, mas que não representam movimentações financeiras imediatas, sem efeito caixa, sendo reconhecidas com base no regime de competência, conforme pronunciamentos técnicos vigentes. Em 31/12/2025, houve adições no direito de uso e arrendamento no valor de R\$714.470 (em 31/12/2024 R\$1.219.376). Em 31/12/2025, houve uma perda com fornecedores de caixa no valor de R\$7.788 (em 31/12/2024 R\$4.747).

25. Eventos subsequentes: Em março de 2026 a Companhia recebeu a quitação do empréstimo com parte relacionada Sítios Latinoamerica no montante de R\$ 394.344, nesse mesmo movimento Torres Brasil adquiriu um novo empréstimo com parte relacionada Torres Latinoamerica no montante de R\$ 328.000. Até 31/03/2026, a Companhia quitou totalmente o empréstimo com a parte relacionada Torres Chile no montante de R\$ 49.751.

DIRETORIA

Cassio Futuro - Diretor

Douglas do Carmo - Contador - CRC SP-329800/O-4

Aos Administradores e Acionistas da Torres do Brasil S.A., São Paulo - SP. Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras da Torres do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo a provisão para desmantelamento de ativos. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Torres do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalvas: a) Transações com partes relacionadas: Conforme descrito na nota explicativa nº 12 as demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui em seus registros contábeis saldo de mútuos a receber no montante de R\$1.345.793 mil (R\$1.081.335 mil em 31 de dezembro de 2024), e mútuos a pagar no montante de R\$49.751 mil (R\$39.577 mil em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de operações realizadas com sua controladora e outras partes relacionadas. Tais transações tiveram origem na transferência desses ativos para a Companhia que, de forma concomitante, ficou responsável pela liquidação dessa obrigação junto à controladora. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à expectativa de recebimento integral dos valores registrados nem quanto à adequada classificação no balanço patrimonial. Consequentemente, também não foi possível concluir se haveria necessidade de ajustes nos saldos de mútuos a receber e a pagar apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas e nas respectivas divulgações das notas explicativas. b) Provisão para desmantelamento de ativos: Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia registrou o montante de R\$91.213 mil, referente às movimentações líquidas registradas no resultado daquele exercício em contrapartida à rubrica Provisão para desmantelamento de ativos. Tais valores foram registrados pela Administração com o objetivo de adequar as premissas de cálculo da provisão às políticas contábeis do Grupo Controlador relacionadas à desmobilização de ativos. Considerando a inexistência de novos fatos ou mudanças metodológicas que pudessem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Impactar significativamente o cálculo da provisão desse exercício, não foi possível obter evidência de auditoria suficiente para avaliar quanto a correta competência da movimentação líquida registrada no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de Julho de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC n° 2 SP 011609/O-8

Jonas D'Angelo Junior Contador CRC n° 1 SP 303600/O-9